

PLANO STJ 2020

ÉTICA - TRANSPARÊNCIA

COMPROMETIMENTO

SUSTENTABILIDADE

APRENDIZAGEM CONTÍNUA

Em que melhoramos?
Com adequação no Tempo médio da afetação à publicação do acórdão, o resultado atual é 276 dias.



O que merece atenção?
O Julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos merece atenção, pois seu desempenho está em 3,45%.



RELATÓRIO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL 3º TRIMESTRE/2017

Movimentação Processual

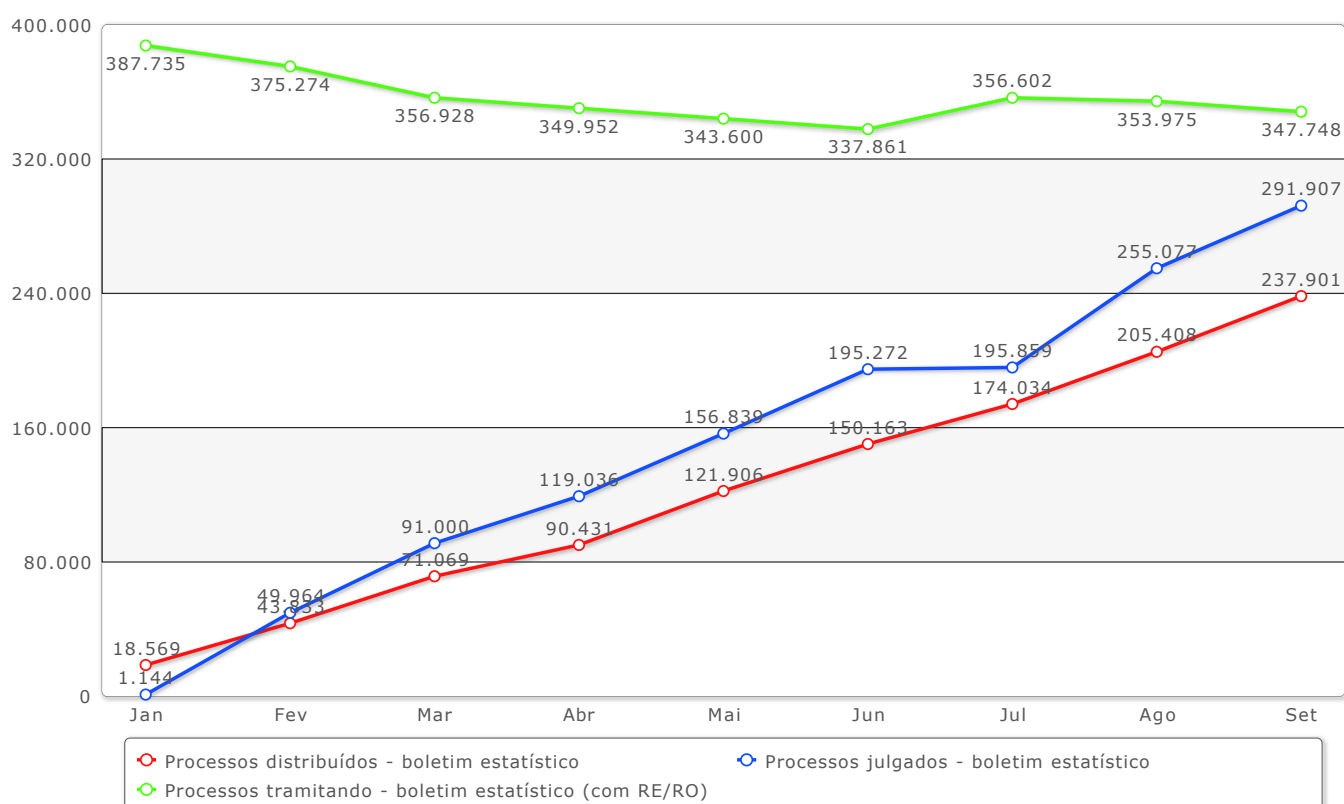
**291.907
Julgados**

**237.901
Distribuídos**

**347.748
Tramitando**

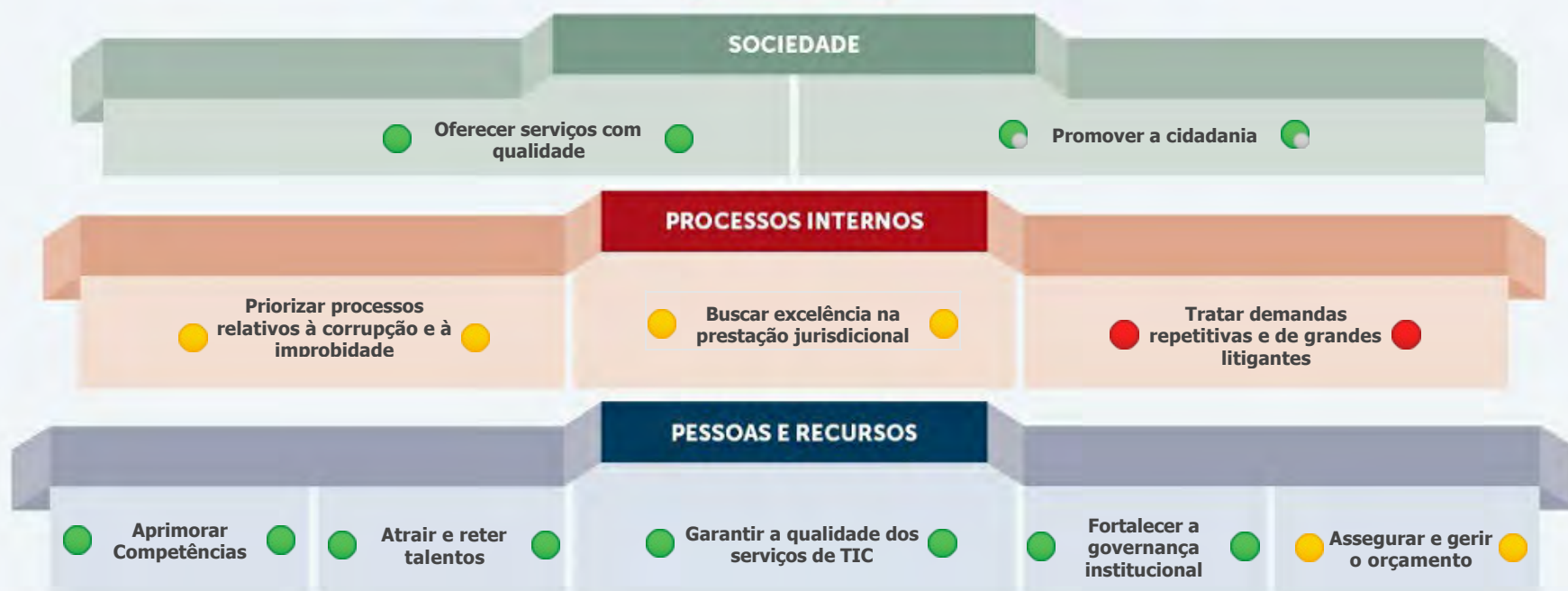


Tramitando x Julgados x Distribuídos



Situação geral

PLANO STJ 2020



Sociedade



100,00%

O Tribunal chega ao final do 3º trimestre com 92,05% de cumprimento do Plano STJ 2020. Na perspectiva Sociedade, destaque para melhora no desempenho do indicador Satisfação do cidadão que passou dos 80% de cumprimento devido aos esforços no sentido de alinhar as unidades à Pesquisa de Satisfação institucional.

Quanto aos Processos internos, ressalta-se uma melhoria no desempenho do indicador Tempo médio da afetação à publicação do acórdão após os ajustes feitos em seus parâmetros, tendo como resultado um tempo de 276 dias frente aos 438 do mesmo período em 2016. Destaca-se ainda o indicador Agilidade do julgamento com cumprimento de 100% em agosto e setembro. A métrica Atendimento à demanda continua com ótimo desempenho, demonstrando que o Tribunal está julgando mais do que os que são distribuídos, contribuindo para a diminuição do estoque processual. Apesar do indicador Congestionamento encontrar-se em situação crítica, especificidades na sua fórmula acarretam sua real mensuração apenas ao final do ano. De toda forma, se for projetado o mesmo desempenho do segundo semestre de 2016, o indicador encerrará o ano em situação ótima. Contudo, Processos antigos com primeira decisão e o novo indicador estratégico aprovado em agosto em RAE, Julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos, permanecem em estado crítico. O indicador Julgamento de ações de corrupção e improbidade administrativa também está em situação não desejada, mas teve uma melhoria significativa nos dois períodos de referência.

A perspectiva Pessoas e Recursos atingiu o resultado de 98,6%. Um dos principais responsáveis é o indicador Ações de educação promovidas com instrutor interno, com resultado de 70%, superando inclusive a meta proposta para dezembro de 2017, apesar das restrições orçamentárias pelas quais passa o STJ.

Percebe-se que ainda existe uma discrepância entre os resultados obtidos na perspectiva de base e no ápice do mapa. Essa situação já está em análise pela área técnica, na busca em avaliar as relações de causa e efeito no modelo proposto. Os objetivos devem estar mais integrados e alinhados para cumprir a proposição de valor que se pretende agregar à sociedade.

É preciso ainda que as iniciativas sejam os instrumentos eficientes para suprir as lacunas de desempenho observadas no mapa.

A seguir maiores informações sobre os indicadores e projetos que compõem a estratégia do Tribunal, bem como uma breve descrição do alinhamento estratégico nas unidades.

Processos Internos



67,68%

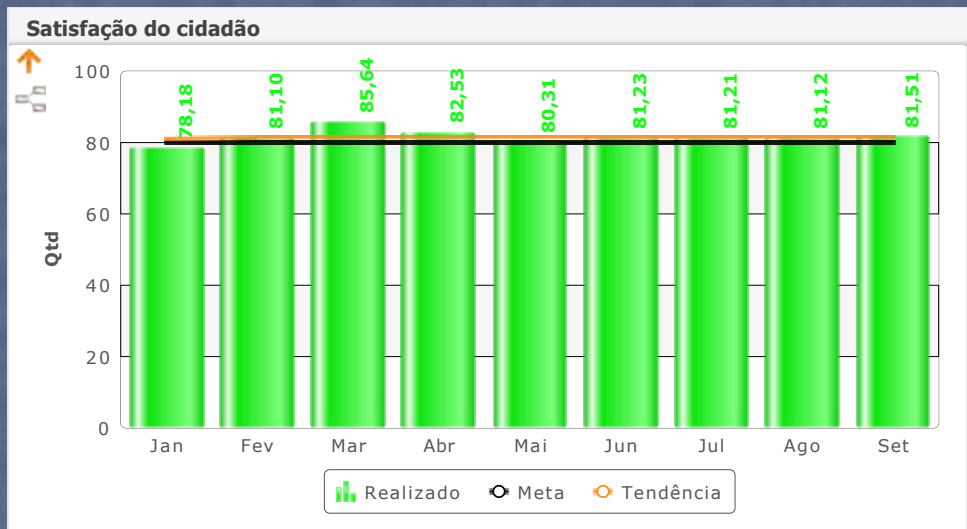
Pessoas e Recursos



98,6%

Indicadores

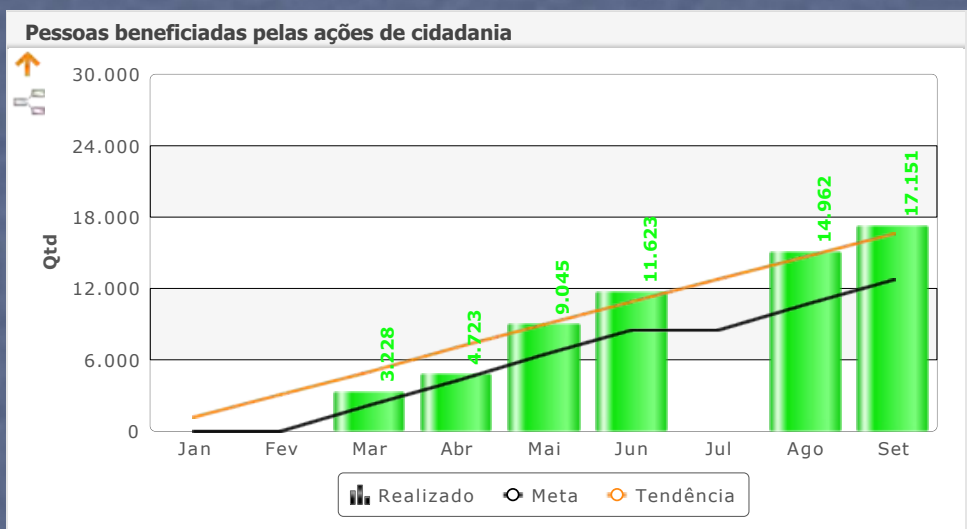
Oferecer serviços com qualidade



Análise crítica RA 2 - Satisfação do cidadão - Período: Setembro

A satisfação do cidadão com os principais serviços e infraestrutura oferecidos pelo STJ continua em ótima situação. Em setembro, foi publicada a IN n.12/2017 que instituiu a Pesquisa de Satisfação e regula a Ouvidoria como sua gestora institucional. Diante disso, duas unidades (STI e CULT/SED) já estão alinhadas à IN e passarão a enviar, a partir de outubro, os dados de suas pesquisas de satisfação externas para serem inseridos no stratej. As unidades estão sempre em busca de melhorias em seus serviços prestados ao público externo visando oferecer serviços com qualidade. Assim, espera-se um considerável aumento no número de respostas nos próximos períodos. Por fim, a Ouvidoria concentrará suas ações no alinhamento de mais unidades à pesquisa institucional bem como na finalização do acordo de cooperação técnica com a Universidade de São Paulo (USP), para análise e revisão do instrumento vigente.

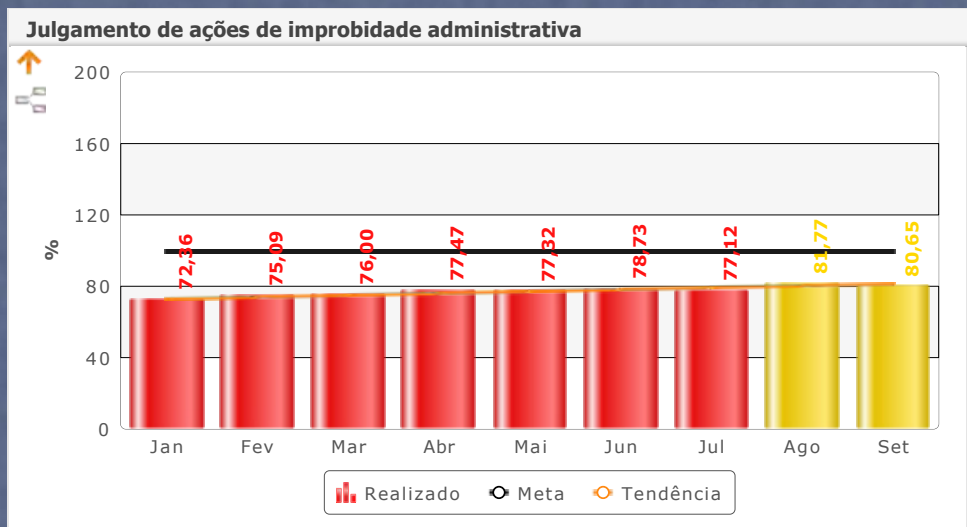
Promover a cidadania



Análise crítica RA 16 - Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania - Período: Setembro

O Tribunal já superou a meta estipulada para dez/2017 com a contribuição direta de 3 unidades, SED, SGP e AGS. Ressalta-se que a elevação da meta foi tratada ao longo do ano com essas unidades. Entretanto, ponderou-se que tal ação não é foco da atuação da missão institucional do STJ e que é tratada como parte de um objetivo que visa algo além das atividades judicantes essenciais, não necessitando a construção de uma meta ainda maior que a existente para o atendimento da população. De toda forma, na próxima RAE será discutida uma proposta de adequação da meta com os titulares das unidades responsáveis pelas iniciativas vinculadas à métrica.

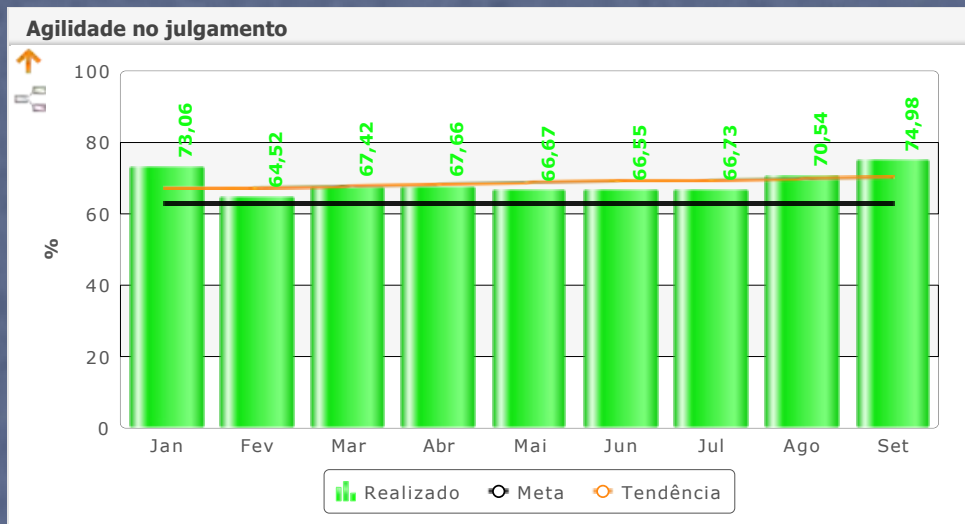
Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa



Análise crítica RA 31 - Julgamento de ações de improbidade administrativa - Período: Setembro

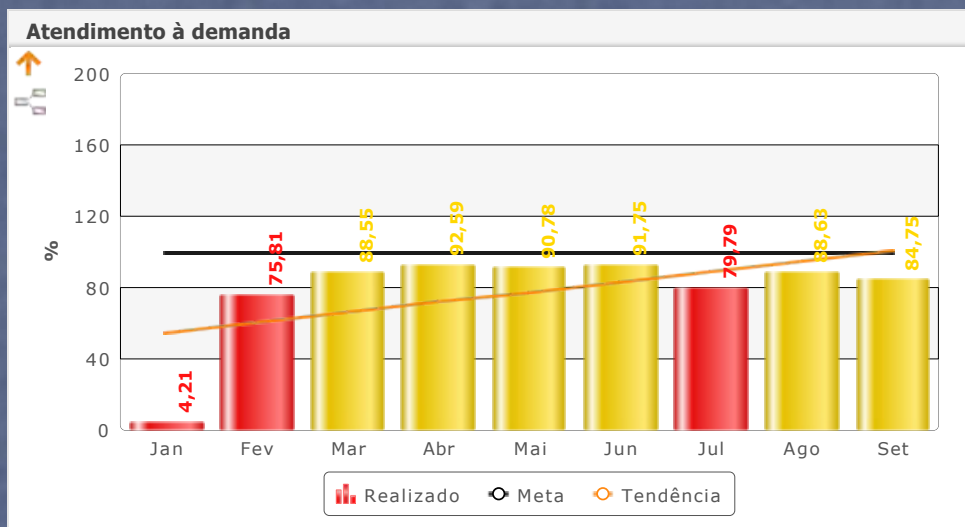
O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 4 de 2017, tem por objetivo o julgamento dos processos relativos às ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública em determinados períodos. A meta para 2017 dessa métrica é subdividida em: julgar 90% das ações distribuídas até 31/12/2014 e 70% das distribuídas em 2015. Em cada período, as ações de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública são tratadas de forma diferenciada. O somatório desses 2 tipos de ação consolida o percentual de cumprimento quanto ao Combate à Corrupção que atualmente alcança 80,65% de cumprimento. Destaque para a superação da meta referente ao período das ações distribuídas em 2015 que alcançou 72,65%. Na busca por resultados cada vez mais positivos, as informações continuam sendo enviadas periodicamente aos gabinetes dos ministros. No último levantamento realizado, constatou-se que 2 ministros estão cumprindo a meta para os dois períodos de referência, 3 parcialmente. Infere-se que a expedição do Ofício-Circular n. 352 GP/STJ, que trata da entrega de selo alusivo ao resultado de cada gabinete quanto ao julgamento das Metas Nacionais, cumpriu seu objetivo de incentivar o cumprimento dessa meta.

● Buscar excelência na prestação jurisdicional



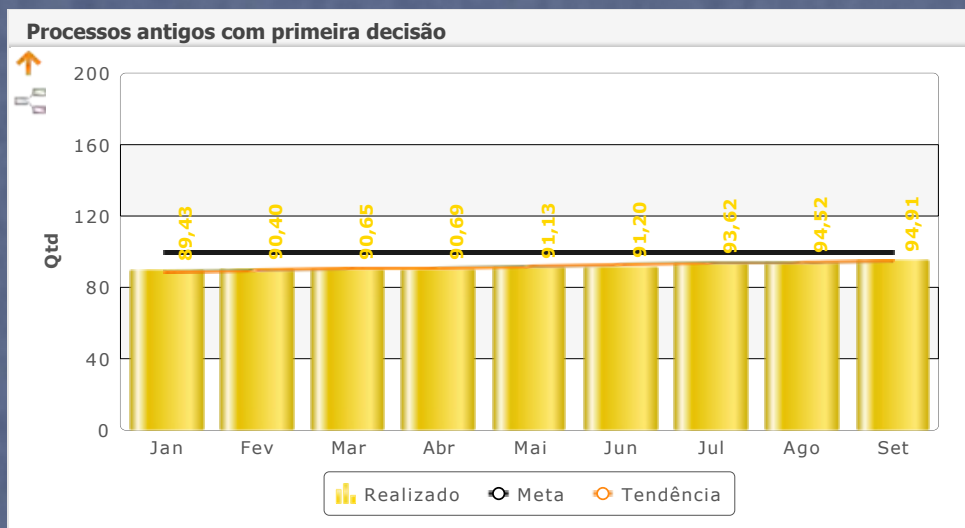
Análise crítica RA 28 - Agilidade no julgamento - Período: Setembro

O indicador de Agilidade no julgamento, que mede o percentual de processos baixados no mês medição que tramitaram em até 1 ano no Tribunal, tem se mantido em situação ótima durante 2017, conforme demonstra o gráfico da medição acumulada. Destaque para os períodos de agosto e setembro em que ocorreu o cumprimento de 100% da meta. Ressalta-se novamente que o atingimento desta meta não é estático, podendo variar até o final do exercício. Por fim, os resultados demonstram uma tendência de cumprimento próximo aos 70%.



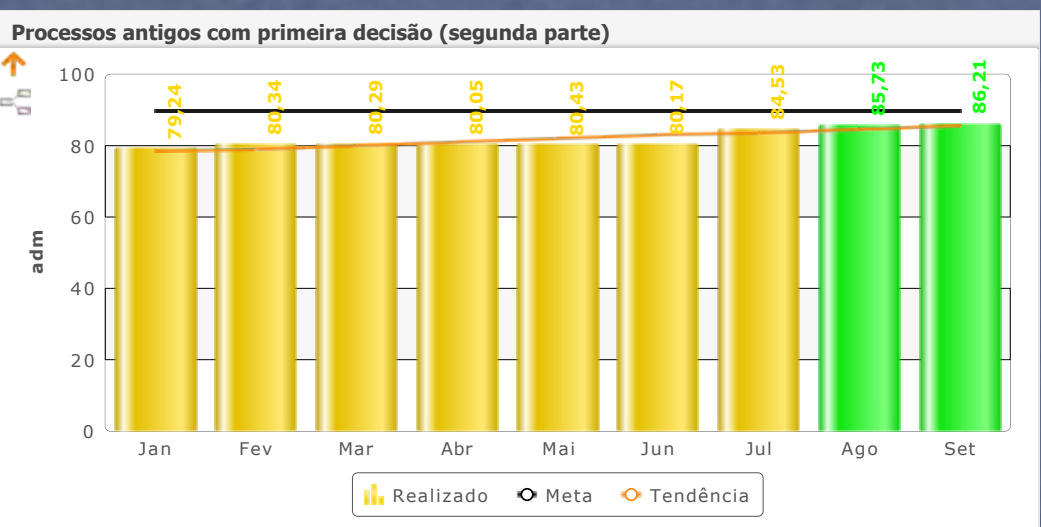
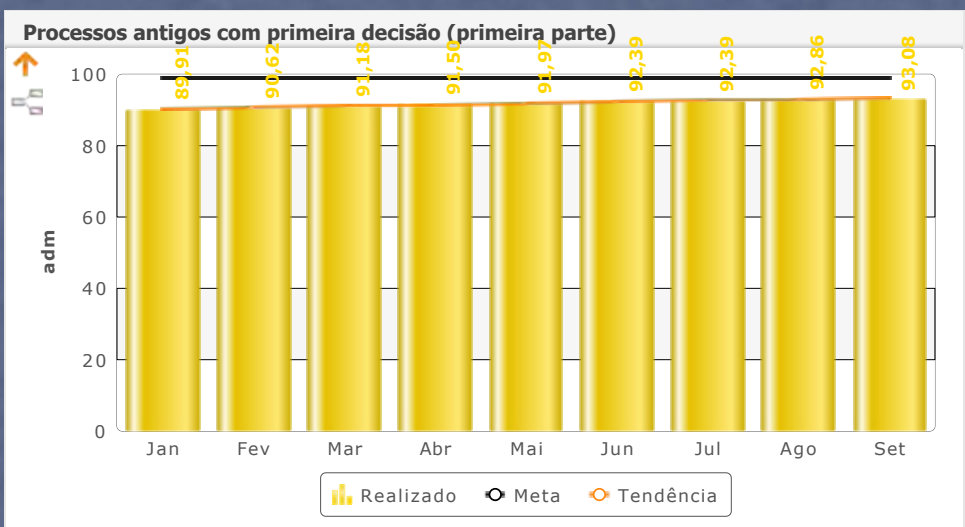
Análise crítica RA 32 - Atendimento à demanda - Período: Setembro

O indicador Atendimento à demanda, equivalente à Meta Nacional n. 1, mede se o STJ está conseguindo julgar o número de distribuídos no período. Com isso, é possível fazer um balanço de como está a produtividade em relação à demanda. O último resultado apurado demonstra que os ministros não só continuam cumprindo a meta como também diminuindo o estoque processual.

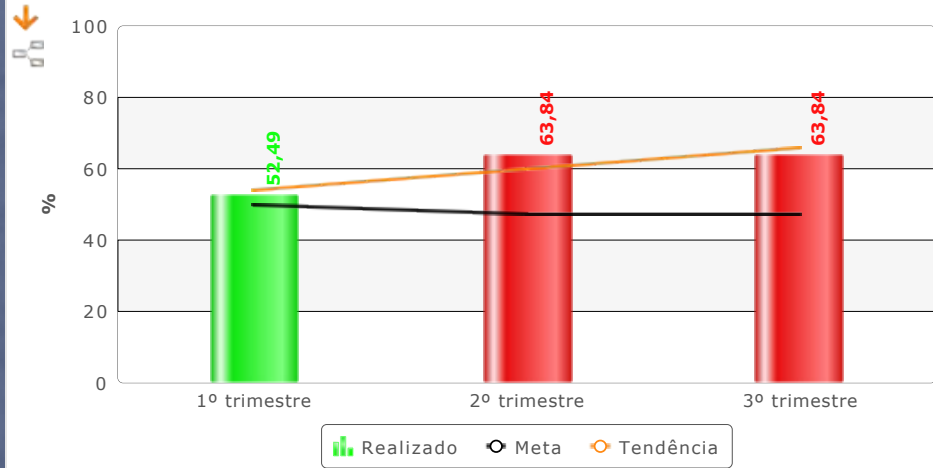


Análise crítica RA 30 - Processos antigos com primeira decisão - Período: Setembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 2 de 2017, dividido em dois períodos base: processos distribuídos até 31/12/2012, com meta de julgar 99% até o último dia de dezembro de 2017, e processos distribuídos em 2013, com meta de julgar 90% até 31/12/2017. Salienta-se a aferição quanto à segunda parte da meta referente aos processos distribuídos em 2013. Vale comentar que apesar do não cumprimento em relação à primeira parte, distribuídos até 2012, os percentuais deste exercício vêm em uma crescente. Mensalmente, são enviados aos gabinetes relatórios de acompanhamento que demonstram os seus desempenhos, permitindo a criação de ações que busquem melhores resultados. Acredita-se que a expedição do Ofício-Circular n. 352 GP/STJ, que trata da entrega aos gabinetes de selos alusivos ao cumprimento das metas, apresentou resultados positivos. Ao se fazer um balanço por gabinete, até o momento, 3 apresentam cumprimento total e 2 parcial.



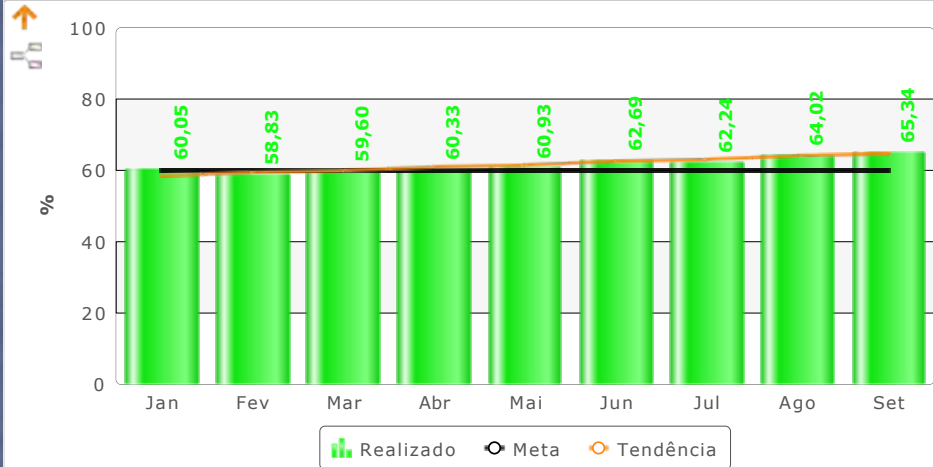
Congestionamento



Análise crítica RA 35 - Congestionamento - Período: 3º trimestre

O indicador mensura o índice de processos baixados em relação ao total de pendentes e ao total de recebidos, considerando um período-base (semestre). Está alinhado ao que é medido pelo sistema "Justiça em Números", coordenado pelo CNJ. Considerando que a métrica tem uma periodicidade semestral, o resultado apresentado refere-se ao primeiro de semestre de 2017, tendo sua próxima mensuração prevista somente para dezembro/2017.

Julgamento de ações coletivas

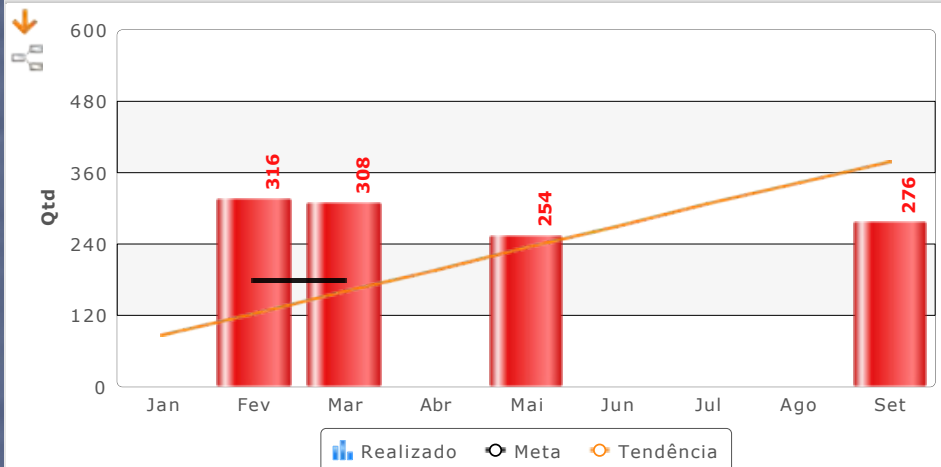


Análise crítica RA 29 - Julgamento de ações coletivas - Período: Setembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 6, acompanha o percentual de processos que foram julgados, oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 1/1/2015. O Tribunal tem superado a meta e a tendência é de cumprimento em dezembro de 2017. Ao se realizar um levantamento segmentado por gabinete, constatou-se que, até o momento, 24 estão cumprindo a meta.

● Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes

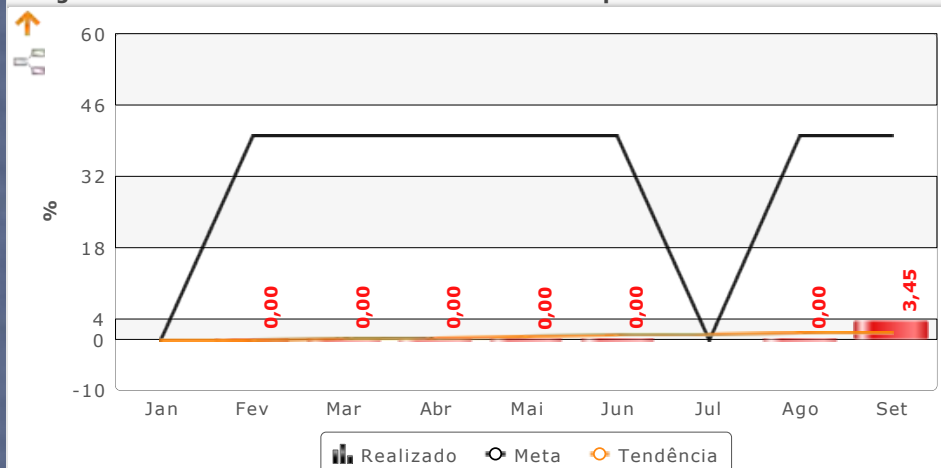
Tempo médio da afetação à publicação do acórdão



Análise crítica RA 4 - Tempo médio da afetação à publicação do acórdão - Período: Setembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 7, mede o tempo de julgamento dos processos paradigmáticos. Com essa métrica, é possível saber se o Tribunal está conseguindo garantir o tempo médio de 180 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos. Em agosto, após estudos para aprimorar o indicador, concluiu-se que se os parâmetros fossem mantidos da mesma forma quando a métrica foi proposta, a meta de 180 dias seria inatingível. Assim, acordou-se na RAE de agosto que seriam utilizados novos parâmetros, utilizando como marco temporal a publicação do novo Código de Processo Civil (18 de março de 2016), pois o normativo fortaleceu a sistemática dos recursos repetitivos. Decidiu-se ainda que o estoque gerado pela nova mensuração seria aferido por um novo indicador estratégico "Julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos", ou seja, medirá o estoque de temas afetados até 17/3/2016 (último dia de vigência do CPC/1973). Os esforços para que se privilegie o julgamento de recursos repetitivos continuam. Mensalmente, são disponibilizados aos gabinetes relatórios com as situações dos temas, acompanhados de possíveis soluções.

Julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos



Análise crítica RA 3 - Julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos - Período: Setembro

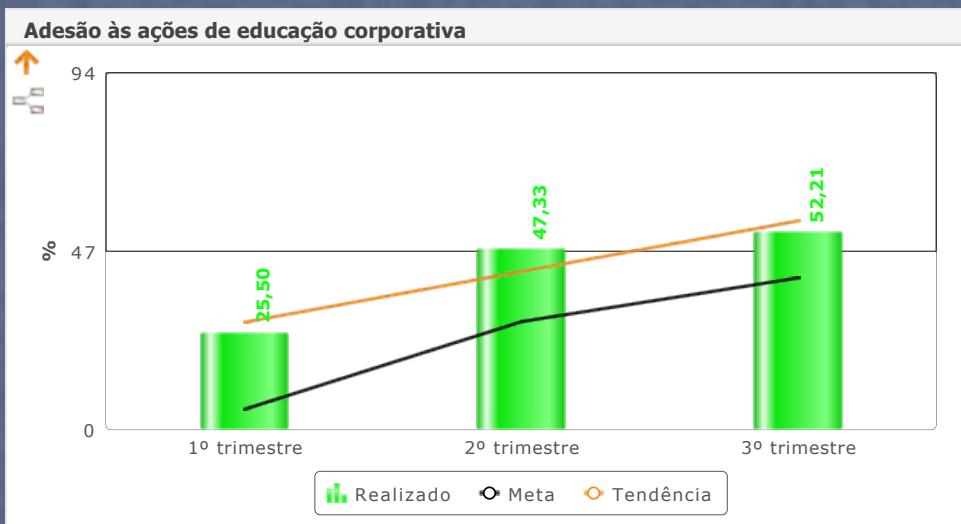
O indicador foi criado na RAE de agosto para que abarcasse os temas afetados até 17/3/2017, tendo em vista os ajustes realizados nos parâmetros da outra métrica que auxilia na mensuração do objetivo estratégico Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes. Atualmente, o seu desempenho está muito abaixo do esperado, com julgamento de apenas 1 processo de um estoque de 29. Ressalta-se que o estoque, em setembro, teve um decréscimo de 3 processos que foram desafetados, passando de 32 para 29. Ações de sensibilização junto aos ministros para que privilegie o julgamento desses processos são constantes.

● Aprimorar competências



Análise crítica RA 12 - Desempenho por competências dos gestores - Período: 3º trimestre

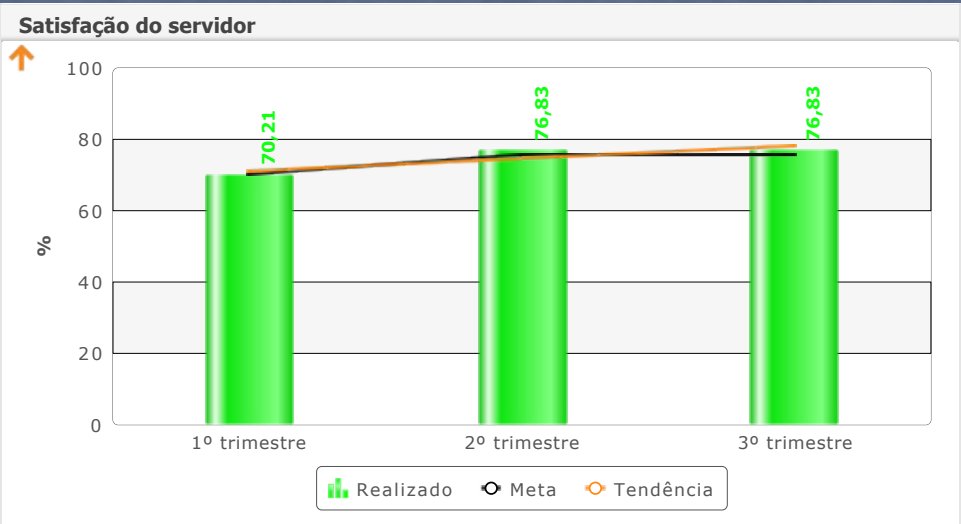
O indicador mensura a média das avaliações de desempenho dos gestores realizada anualmente. A responsável por esse acompanhamento é a equipe do programa estratégico Aprimore STJ. Considerando que a métrica tem uma periodicidade anual, o resultado apresentado refere-se a 2016, tendo sua próxima mensuração prevista somente para dezembro/2017.



Análise crítica RA 15 - Adesão às ações de educação corporativa - Período: 3º trimestre

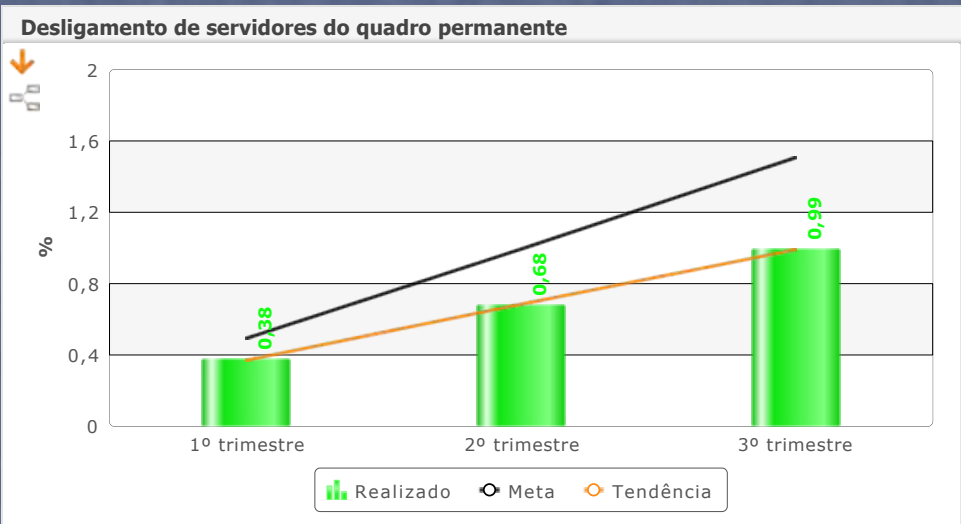
A métrica permite saber qual o percentual de servidores que participou de ações de educação corporativa oferecidas pelo Tribunal, buscando o aprimoramento de seu quadro funcional. Até o momento, o STJ já realizou 128 ações de capacitação, proporcionando o oferecimento de 4.125 vagas para os seus servidores. Para manter um bom desempenho, é necessária uma ampla divulgação das ações que serão oferecidas no 4º trimestre, pois ao se fazer uma análise, observou-se que o público-alvo, que ainda não participou de nenhuma ação em 2017, é de aproximadamente 140 servidores.

● Atrair e reter talentos



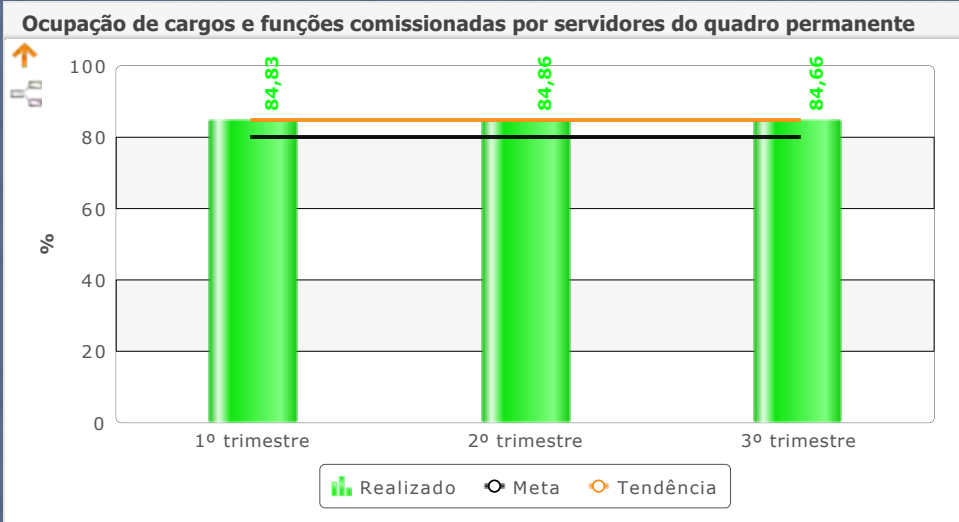
Análise crítica RA 25 - Satisfação do servidor - Período: 3º trimestre

O indicador fornece o percentual de satisfação dos servidores em relação ao Órgão, considerando que o contentamento com o trabalho e com a organização impactam nos fatores relacionados à qualidade de vida, ao comprometimento e à intenção de rotatividade, influenciando nos resultados da instituição. Esse acompanhamento da satisfação é importante para direcionar políticas e práticas que proporcionem melhorias na qualidade do ambiente de trabalho e da gestão de pessoas. Na RAE de agosto, por necessidade de readequação dos períodos de medição, decidiu-se que a meta para 2017 seria de 75,5% e que a próxima mensuração acontecerá ao final de 2019, com meta de 80%. Considerando que o indicador tem periodicidade bianual, o resultado apresentado refere-se a 2017.



Análise crítica RA 13 - Desligamento de servidores do quadro permanente - Período: 3º trimestre

O indicador mensura o percentual de saídas espontâneas de servidores do quadro permanente do STJ. Para isso, utiliza-se um formulário de desligamento que deve ser entregue juntamente com outros documentos necessários para solicitar a vacância e exoneração. Constatou-se que dentre as principais razões que mais motivam a saída do Tribunal ainda são: ascensão profissional, remuneração. Cabe registrar os pontos positivos relatados: estrutura e clima organizacional estão presentes em todos os formulários respondidos, além de capacitação, plano de saúde, ambiente de trabalho. Quanto aos negativos, foram elencados: distribuição de funções comissionadas, estacionamento e restaurante.

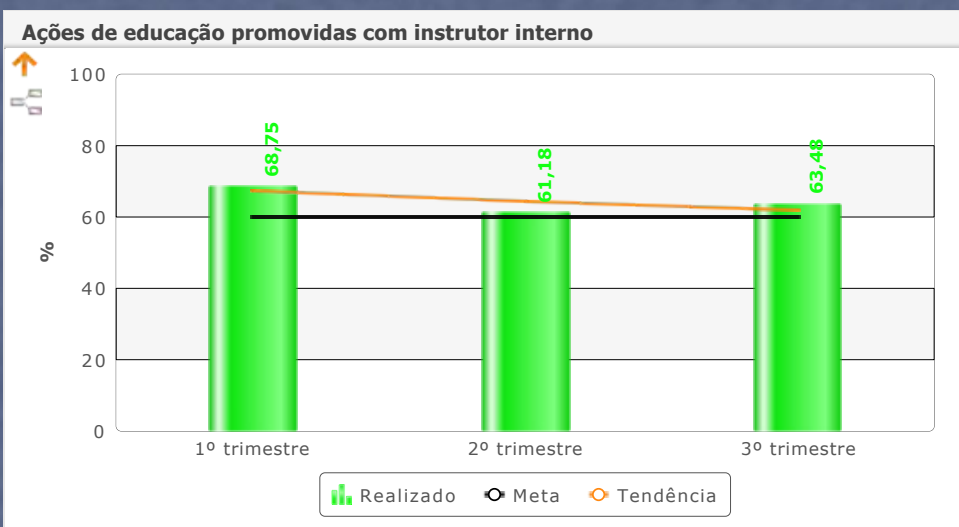


Análise crítica RA 14 - Ocupação de cargos e funções comissionadas por servidores do quadro permanente - Período: 3º trimestre

Na busca por valorizar o trabalho desempenhado por seus colaboradores, o Tribunal utiliza-se desse indicador para monitorar o percentual de cargos e funções comissionadas que está preenchido por servidores do quadro permanente, pois isso é um dos pontos negativos levantados por servidores que se desligam voluntariamente do STJ.

Há ações permanentes para aumentar ou, pelo menos, manter esse índice com bons resultados. Atualmente, existe um programa de formação para gabinete de ministro, treinamentos gerenciais extensivos aos substitutos e está em elaboração projeto para o desenvolvimento de possíveis sucessores de cargos gerenciais.

Considerando o histórico de resultados dessa métrica, na RAE de agosto, decidiu-se pela elevação da meta para 80% já a partir de 2017, antecipando o que estava previsto somente para 2020. Assim, o novo desafio desta Corte é manter em pelo menos 80% o percentual de preenchimento dos cargos e funções comissionadas com servidores do quadro permanente até dez/2020.

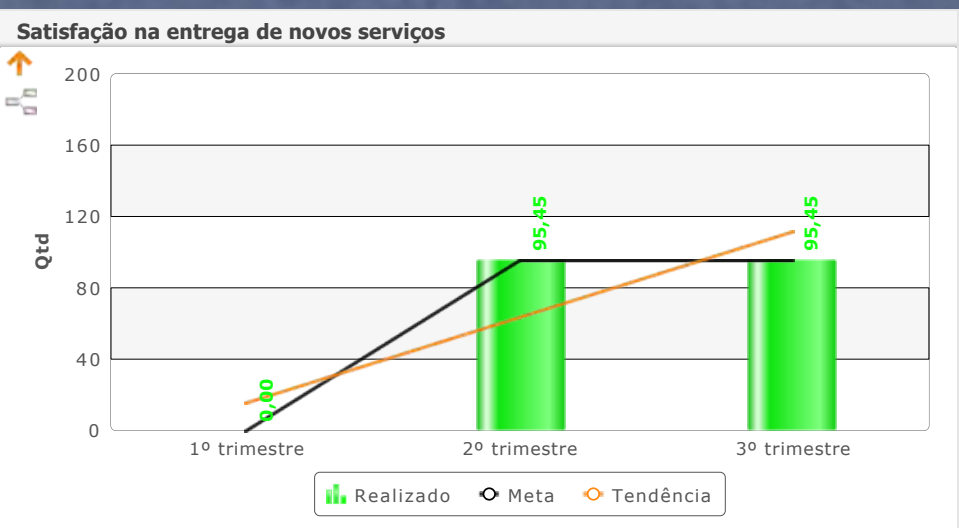


Análise crítica RA 16 - Ações de educação promovidas com instrutor interno - Período: 3º trimestre

Com esse indicador é possível aferir o percentual de eventos de capacitação promovidos pelo Tribunal que são ministrados por instrutor interno.

Apesar das restrições orçamentárias pelas quais o STJ vem passando, no terceiro trimestre o resultado apurado foi de 70%, com acumulado anual de 63,43, já superando a meta para dezembro de 2017 (60%). Infere-se que esse desempenho seja resultado da intensificação de campanhas e ações para captação de novos instrutores, com destaque para o processo seletivo realizado no início do ano; ao aumento da percepção interna quanto à qualidade e à eficiência das ações realizadas com força de trabalho interna; e à maior facilidade para tramitação processual na contratação desses facilitadores, quando comparada à contratação de fornecedor externo.

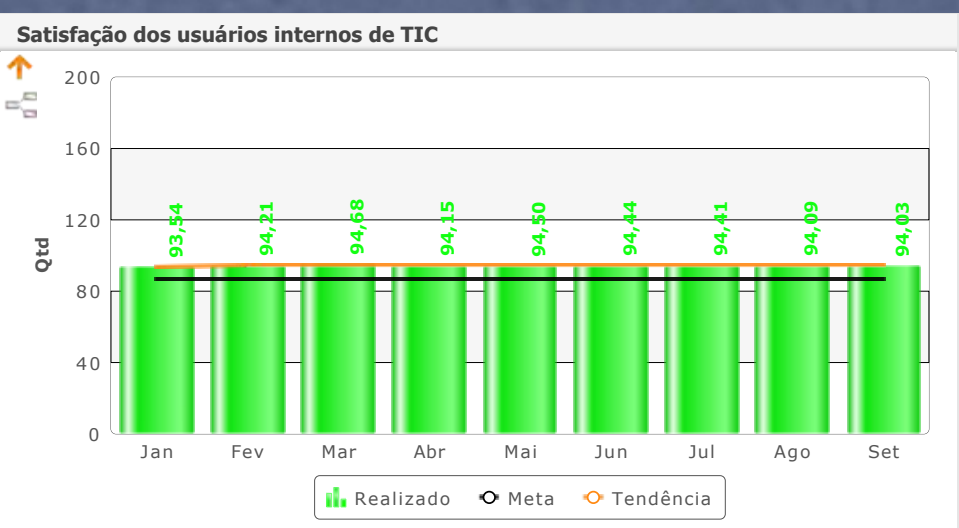
● Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC



Análise crítica RA 25 - Satisfação na entrega de novos serviços - Período: 3º trimestre

Essa métrica afere o percentual médio de satisfação de clientes e usuários quanto aos novos serviços de TIC ou às melhorias entregues em determinado período.

Considerando que o indicador tem periodicidade semestral, o resultado apresentado refere-se ao primeiro semestre de 2017.



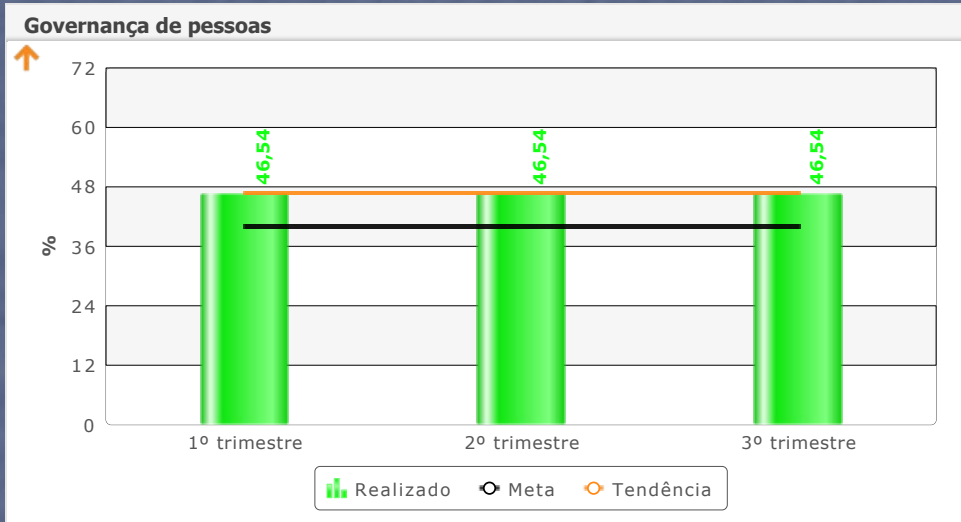
Análise crítica RA 26 - Satisfação dos usuários internos de TIC - Período: Setembro

O indicador mede o percentual de satisfação dos usuários internos com o suporte em TIC prestado.

A partir de julho de 2017 foi implantado um novo método de envio pelo sistema SIGA, sendo encaminhado ao usuário um e-mail sobre a conclusão do chamado e um link para responder a pesquisa de satisfação referente aquele atendimento, ao passo que antes, o envio era aleatório.

Dessa forma, espera-se um aumento no número de respondentes da pesquisa de satisfação, o que auxiliará nas proposições das ações de melhorias desses serviços prestados.

Fortalecer a governança institucional



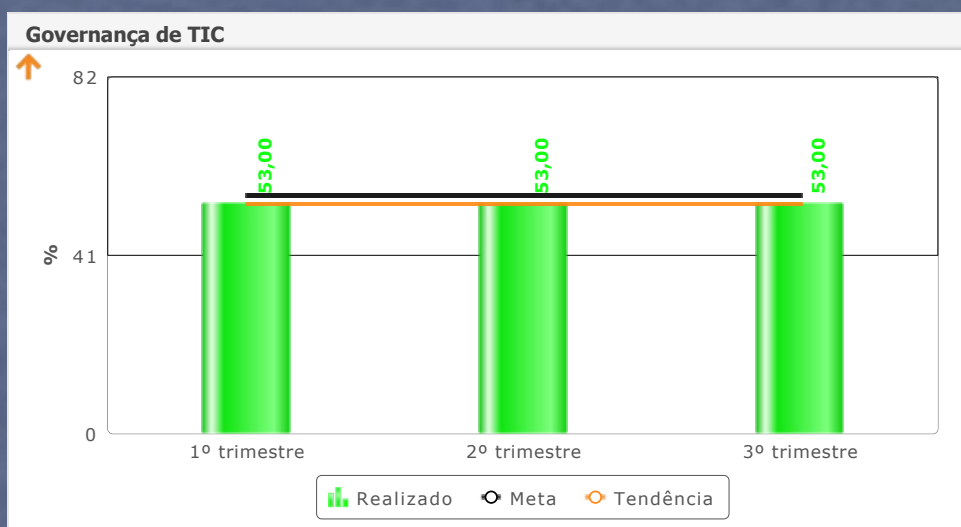
Análise crítica RA 22 - Governança de pessoas - Período: 3º trimestre

O indicador mensura o grau de maturidade em relação à governança de pessoas em que o Tribunal se encontra em determinado período. Considerando que essa métrica tem periodicidade anual, o resultado apresentado neste relatório refere-se a 2016. A próxima medição está prevista para dezembro de 2017.



Análise crítica RA 34 - Governança Institucional - Período: 3º trimestre

Como o indicador possui periodicidade anual, os dados apresentados refletem a mensuração de dez/2016. A próxima medição está prevista para dez/2017. De toda forma, em agosto foi aplicado o novo questionário enviado pelo TCU que propôs o preenchimento unificado dos elementos que compõem a governança do órgão. Com isso, deverá ocorrer uma análise do instrumento para avaliar se o objetivo estratégico será medido pelos indicadores segmentados como é feito hoje (institucional, pessoas e TIC) ou se a mensuração será unificada pelo resultado apresentado pelo TCU. Por fim, o Tribunal está aguardando a avaliação feita pela TCU para que possa redirecionar, quando for o caso, as ações que haviam sido planejadas em dezembro de 2016.

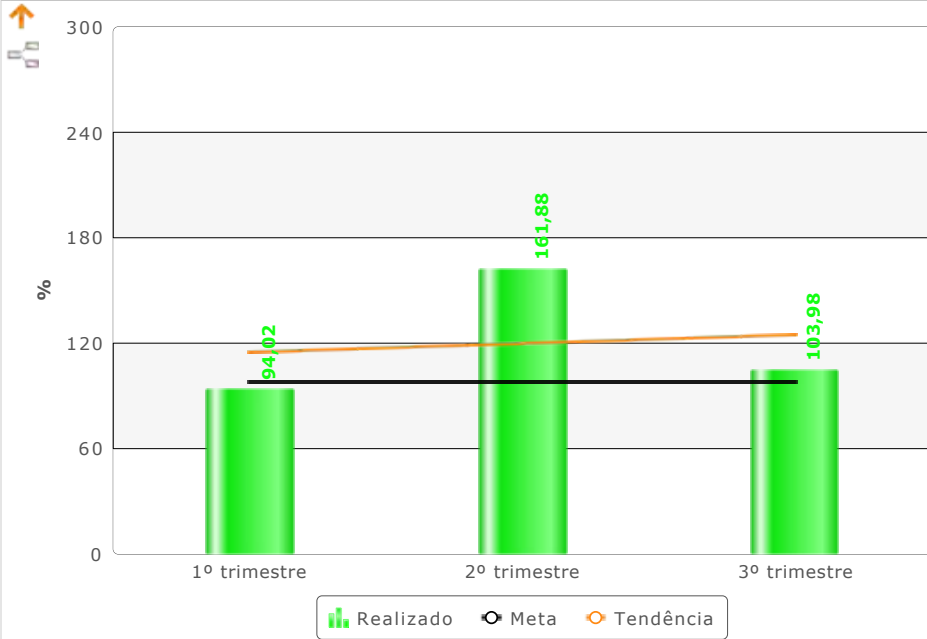


Análise crítica RA 14 - Governança de TIC - Período: 3º trimestre

O indicador mede em que grau de maturidade encontra-se o STJ quanto à governança de TIC. Considerando que a métrica tem periodicidade anual, o resultado refere-se a 2016. A próxima mensuração está prevista para dezembro de 2017.

● Assegurar e gerir o orçamento

Execução do orçamento estratégico



Análise crítica RA 18 - Execução do orçamento estratégico - Período: 3º trimestre

Neste trimestre, foram alcançados 103,98% de execução do orçamento estratégico.

Apesar do resultado positivos, há alguns pontos a destacar:

a) O projeto Alinhamento STJ 2020 efetuou os pagamentos relativos à manutenção mensal do software de gestão estratégica no período, além do curso EAD em gestão de projetos, perfazendo um total executado de R\$ 231.915,80.

Esse valor foi muito superior ao planejado da proposta orçamentária do ano corrente, R\$ 16.000,00. Tal discrepância ocorreu principalmente devido à aquisição do software que foi realizada tardiamente em dezembro de 2016 e acabou por não utilizar a reserva orçamentária destinada a esta aquisição naquele ano. Paralelamente a isso, houve o aumento nos valores de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no âmbito do STJ, normatizado pela Resolução n. 11 de 25 de novembro de 2009, que resultou em valores superiores aos inseridos na planejamento orçamentário da unidade para 2017;

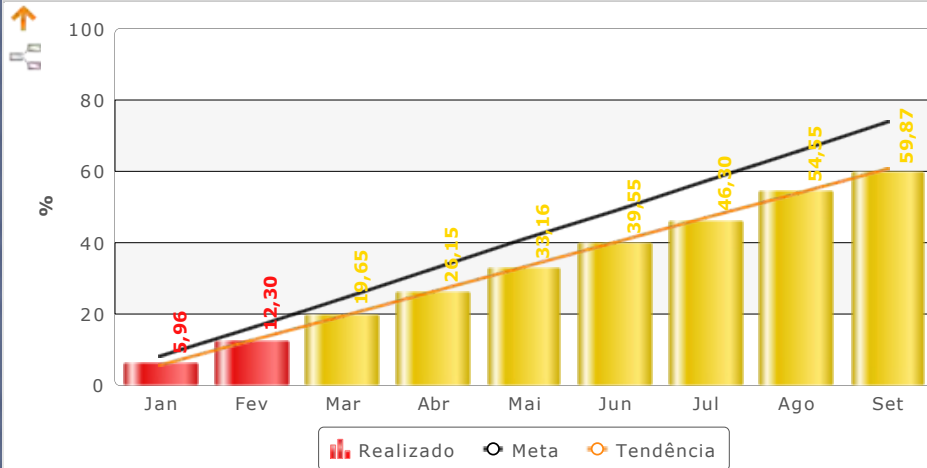
b) O projeto Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia tinha um planejamento de R\$ 120.000,00 para este trimestre, mas não ocorreu, pois houve a revogação do pregão eletrônico 66/2017, que previa a contratação de empresa para prestar uma consultoria técnica relacionada ao projeto. Após análise da demanda, constatou-se a viabilidade da execução da primeira fase por meios próprios, relativa à avaliação do desempenho dos sistemas e equipamentos, o que acarretou uma economia substancial aos cofres públicos;

c) Para o projeto Arquivo Histórico Virtual havia uma previsão de gasto de R\$ 25.000,00 para a aquisição da Licença do Adobe Creative Cloud. Entretanto, a compra encontra-se pendente;

d) O programa Semear Inclusão executou R\$ 242.323,91 (80% do orçamento previsto). Os pagamentos executados estão relacionados ao Contrato n.37/2015 com a APAE-DF. As ações de capacitação previstas não foram executadas em decorrência do processo de transição da gestão do Projeto Semear Inclusão da SIS para a AGS.

Tendo em vista que o presente indicador tem como objetivo avaliar a qualidade do planejado em sua fase de execução, entende-se que uma execução maior que a planejada também caracteriza falha de planejamento. Desta forma, sugere-se para o ano seguinte, o uso de teto de flutuação de 125% entendendo-se que o executado que superar este valor também será considerado mensuração aceitável e crítica a partir de 140%.

Execução orçamentária



Análise crítica RA 2 - Execução orçamentária - Período: Setembro

A execução da despesa do Tribunal continua com taxa de crescimento regular, embora tenha chegado ao final do terceiro trimestre abaixo do patamar estabelecido.

Frisa-se que, em virtude do atual cenário econômico e das limitações impostas pela EC n. 95/2016, que estabeleceu o Novo Regime Fiscal, o orçamento vem sendo executado com os olhos voltados para o futuro, no qual nem sempre será possível assumir dívidas elevadas de duração contínua.

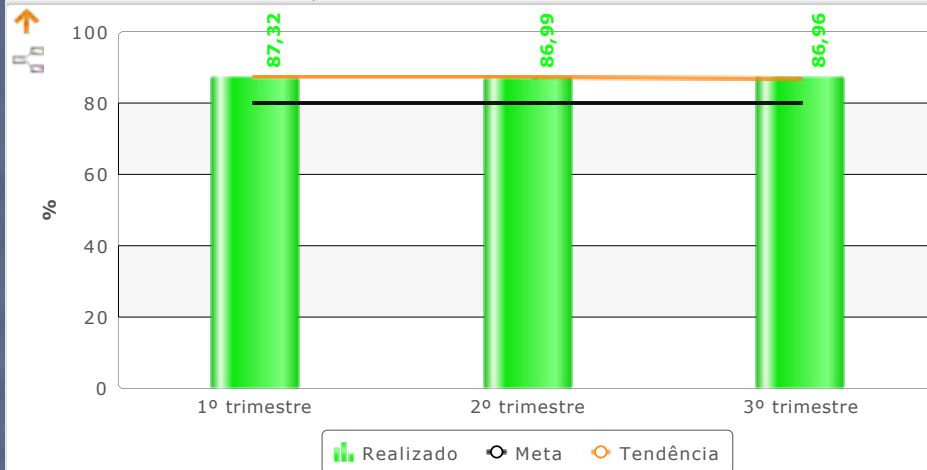
Além do exposto, a Administração ainda está finalizando procedimentos licitatórios que impactarão o atual orçamento.

Por fim, foram reduzidos, da dotação orçamentária disponibilizada, os seguintes valores:

- o valor contingenciado, em obediência ao Art. 58 da Lei n. 13.408 de 26 de dezembro de 2016 - LDO 2017, que atingiu o fim do terceiro trimestre em R\$ 10.865.429,00; e

- o valor de R\$ 1.402.372,00, restituído ao Governo Federal, que se refere a recursos não utilizados que foram recebidos a título de reabertura de crédito extraordinário em 2017, oriundo da Medida Provisória n. 750 de 1º de novembro de 2016, que teve seu prazo de vigência encerrado em 12 de abril de 2017.

Aderência às metas do PLS/STJ



Análise crítica RA 24 - Aderência às metas do PLS/STJ - Período: 3º trimestre

Atualmente, o Tribunal continua mensurando somente os temas: papel, copo, impressão, telefonia, energia, água e combustíveis.

Resalta-se que os temas papel, energia e combustíveis apresentaram desempenho acima de 95%.

Desde o início do acompanhamento, o indicador Telefonia móvel demonstra a incapacidade do STJ de cumprir as metas estipuladas. Outro indicador que teve um aumento vertiginoso foi o de Impressão.

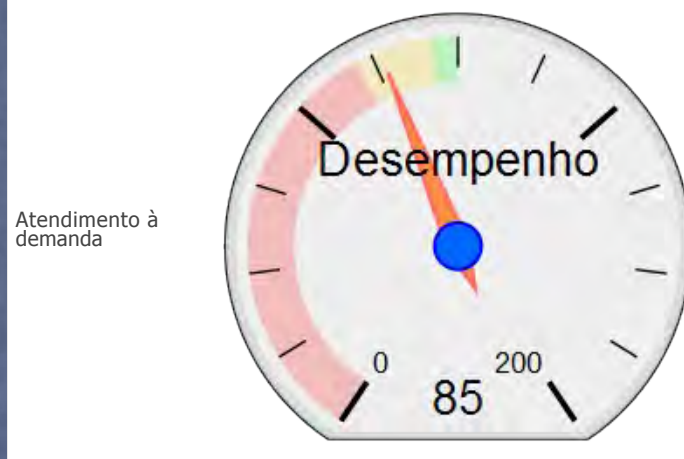
Constata-se uma constante necessidade de esforços quanto à conscientização das unidades e na realização de campanhas para manter os consumos e gastos dentro das metas.

Metas Nacionais

As Metas Nacionais para o Poder Judiciário atribuídas ao STJ em 2017 estão alinhadas aos indicadores estratégicos citados anteriormente, exceto a Meta 7, pois o indicador alinhado pertencente ao Plano STJ 2020 foi ajustado conforme decisão em RAE. Assim, até dezembro não haverá esse alinhamento entre as métricas.

Ressalta-se que as Metas 2 e 4 são desdobradas por período de referência, conforme descrito em seus respectivos indicadores estratégicos específicos.

Meta 1



Meta 2 (distribuídos até 2012)



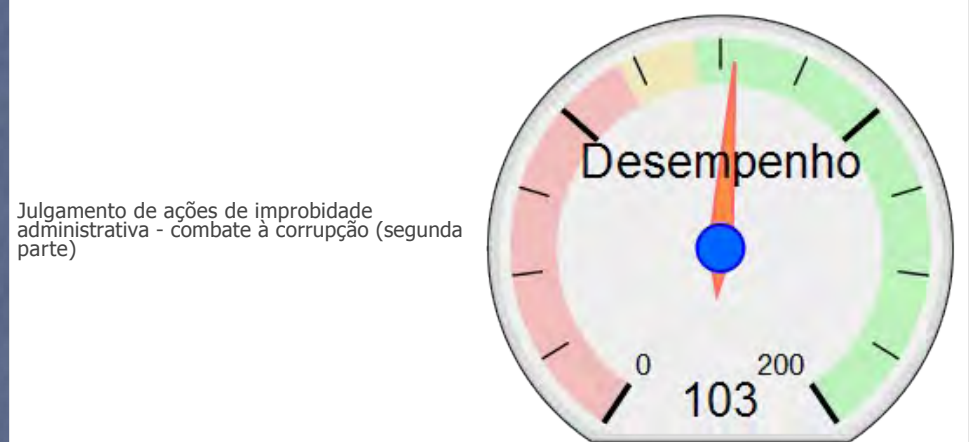
Meta 2 (distribuídos em 2013)



Meta 4 (distribuídos até 2014)



Meta 4 (distribuídos em 2015)



Meta 6



Meta 7



Nota explicativa: o gráfico representa o percentual de atingimento de cada meta segundo o glossário disponibilizado pelo CNJ.

Projetos

Nome do projeto	Início	Término	% Concluíd	Farol	Gestores
Obj: STJ 2020: Assegurar e gerir o orçamento	4/5/2015	28/12/2017	74%		
Metodologia de Apuração e Análise de Custos	4/5/2015	28/12/2017	74%	😊	Diego Coelho e Lucas Nogueira
Obj: STJ 2020: Fortalecer a governança institucional	30/10/2014	28/9/2020			
Alinhamento STJ 2020	24/2/2015	14/12/2018	79%	😊	Ana Cláudia Faria e Daniel Godoy
eSocial no STJ	15/4/2017	1/10/2018	13%	😊	Portaria STJ/GDG n. 673 de 9 de outub
Gestão de Riscos	30/10/2014	30/6/2016	100%	✓	Wilmar Barros e Daniel Godoy
Mapeamento dos Macroprocessos Organizacionais do STJ	30/11/2016	28/9/2020	17%	😞	Angelo Giovane e Daniela Galdino
Obj: STJ 2020: Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC	31/12/2013	15/3/2019			
Gestão Documental do STJ	7/1/2015	15/3/2019	50%	😊	Julio Cesar e Edson Lacerda
Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia	1/8/2016	5/2/2019	11%	😊	Adriana Melo e Sidnei Vicente
Integra	31/12/2013	30/12/2015	31%	✗	Marta Juvina e Francisco Dejardene
Obj: STJ 2020: Aprimorar competências	13/5/2013	18/12/2020	90%		
Aprimore STJ	13/5/2013	18/12/2020	90%	😊	Iraci Gonçalves e Antonio Monteiro
Obj: STJ 2020: Buscar excelência na prestação jurisdicional	22/7/2013	27/4/2018			
Gerenciamento e Controle de GRU das Custas Processuais	15/7/2015	28/10/2016	9%	⬛	Jorge Gomes e Frederico Augusto
Julgamento Eletrônico	12/12/2016	27/4/2018	36%	😊	Aline Carlos e Márcia Ivanira
ARESP	5/5/2014	27/5/2016	100%	✓	Ana Carolina Leone e Mauricio Santana
Intimações Eletrônicas	4/5/2015	23/10/2015	100%	✓	Crisley Elias e Márcia Ivanira
MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade	22/7/2013	29/9/2015	100%	✓	Montgomery Muniz e Criley Elias
E-PET	19/5/2015	13/2/2017	48%	😞	Frederico Augusto e Jorge Gomes
Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores	15/7/2015	26/9/2017	36%	😞	Márcia Ivanira e Gisele Benvegno
Importação de Metadados dos Tribunais de Origem	12/2/2015	6/10/2017	94%	😊	Montgomery Muniz e Éverton Cruz
Obj: STJ 2020: Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes	17/3/2015	4/9/2018			
Gestão de Precedentes	2/12/2016	4/9/2018	56%	😊	
Gestão de Processos Múltiplos	17/3/2015	31/8/2016	87%	✓	Marcelo Ornellas e Aline Carlos
Obj: STJ 2020: Promover a cidadania	7/1/2015	18/12/2020			
Memória e Cultura do STJ	7/1/2015	18/12/2020	93%	😊	Valmir Vargas e Beatriz Almeida
Semear Inclusão	7/1/2015	18/12/2020	98%	😊	Sumaya Dounis e Rubenite Maria
Arquivo Histórico Virtual do STJ	6/10/2015	15/11/2018	43%	😊	Betânia Monteiro e Marcus Vinícius dos
Obj: STJ 2020: Oferecer serviços com qualidade	15/9/2014	19/7/2018			
Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV	1/5/2015	19/7/2018	46%	😊	Jair Pereira e Rodrigo Vasconcelos
Pesquisa de Satisfação do Usuário	21/1/2015	25/7/2016	100%	✓	Thaíssa Matos e Tatiana Estanislau
Portal 2020	15/9/2014	1/12/2016	99%	✓	Bruna Bites e Cecília Barroso
Modernização do Sistema de Controle de Acesso	16/1/2015	25/6/2018	69%	😞	Jair Pereira e Rodrigo Vasconcelos

Duas iniciativas ingressaram no portfólio: o eSocial e o Mapeamento dos Macroprocessos Organizacionais. O primeiro concentrará as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas em repositório nacional. Para sua realização foi designada comissão com representantes de secretarias e assessorias do STJ (Portaria STJ/GDG N. 673/2017). Já o segundo iniciou seus trabalhos com a equipe da STI.

Além dessas iniciativas, constam ainda do portfólio mais 24 projetos (8 encerrados e 16 em andamento). Dentre os que estão em situação "Em andamento", há seis relacionados à área judicante que apresentam o seguinte cenário:

1. O GRU estava suspenso até o semestre passado, mas foi retomado já tendo sido entregue pela STI funcionalidades como reimpressão do boleto, pagamento em dobro, geração de guia complementar e a extensão do vencimento para 20 dias corridos.
2. Para o E-pet foi identificado que um dos gargalos do sistema é a assinatura digital. Como solução, a equipe propôs que o advogado se autentique na página do STJ com seu certificado digital.
3. O projeto Metadados encontra-se em fase de conclusão, pois já atingiu seu escopo recebendo dados do TJPI e TJRS.
4. Com relação ao Gestão de Precedentes, a STI concluiu a integração, via webservice, com o banco nacional de demandas repetitivas e precedentes obrigatórios (Resolução CNJ 235/2016).
5. O Julgamento Eletrônico pretende entregar até o final deste ano a etapa da Afetação Eletrônica, composta pelo cadastro das propostas de afetação e do painel de votação, onde os ministros registrarão seus votos.
6. O projeto de Modernização da SOJ priorizou o desenvolvimento do sistema que permitirá a publicação automática de decisões de inadmissibilidade diretamente pelo NARER.

As demais iniciativas com a situação "Em andamento" são da área administrativa. Dentre elas, as que envolvem contratações apresentaram os seguintes resultados:

1. O projeto Alinhamento STJ 2020 dedicou-se quase que exclusivamente à alimentação do sistema stratej. Mais informações constam da última seção deste relatório.
2. A equipe do projeto Modernização de Controle de Acesso providenciou os ajustes no termo de referência e solicitou novas propostas comerciais. Além disso foi retificada a disponibilidade orçamentária.
3. A AGS assumiu a gestão do Semear Inclusão (Portaria STJ/GDG n. 528/2017). A nova equipe planejou a capacitação em libras, mas não houve quórum mínimo, assim, o treinamento foi reprogramado para 2018. Os gestores programaram uma Roda de Conversa com o tema Precisamos Falar sobre Deficiência (Processo STJ n. 23273/2017), porém diante de indefinições quanto à constituição de nova Comissão de Inclusão a ação foi suspensa.
4. O CFTV realizou estudos técnicos que demonstraram a necessidade de uso da IN n. 4/2013 para contratação e Documento de Oficialização da Demanda foi concluído.
5. Foi aberto o pregão para contratação da consultoria para a Modernização da Taquigrafia, mas em reunião interna foi sugerido que a fase 1 fosse executada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura deste STJ. Desse modo, o pregão foi revogado.
6. O projeto Metodologia de Apuração de Análise de Custos publicou na intranet o glossário com os termos mais usados na administração sobre custos. Merecem destaque reuniões para a contratação de uma ferramenta de BI com vistas a atender as demandas da SANAC/SOF e da AGS.
7. O Arquivo Virtual Histórico elaborou todo o planejamento para o lançamento do seu principal produto o Arquivo.Cidadão, previsto para 26/10 no Espaço Cultural do STJ.

Os programas Aprimore STJ e Memória e Cultura estão no prazo. O primeiro estruturou o curso EAD sobre o mapeamento de atribuições por produtos (MAP) e executou turma piloto. E o de Memória e Cultura publicou edital para seleção das exposições de 2018 e realizou 3 lançamentos de livros e 2 exposições.

O programa Gestão Documental apresenta atrasos justificados pela necessidade de priorização da instalação da versão 3.0 do SEI. A equipe tem se mostrado insuficiente. Assim a CGED realocou um servidor de outra unidade para auxiliar nas atividades.

No momento, encontra-se em análise de viabilidade pela STI um novo projeto candidato ao portfólio: o Na Trilha da Gestão, proposto pela SGP, que terá por objetivo identificar talentos para o exercício de funções gerenciais no STJ.

Alinhamento Estratégico

RADAR DA ESTRATÉGIA



O terceiro trimestre de 2017 foi dedicado quase que exclusivamente à alimentação do sistema stratej com os dados setoriais, realização de testes e implementação de correções. Além disso, foi realizado o treinamento de aproximadamente 60 usuários nessa nova ferramenta bem como integrantes da equipe de TI para o suporte necessário. Foi oferecido ainda o curso “Conquistando resultados com o BSC”, com a participação de 25 servidores.

A norma do alinhamento também foi revista e republicada, a fim de considerar as contribuições da SAD, que constavam em sua solicitação feita diretamente à Diretora-Geral.

Os resultados consolidados de janeiro a setembro demonstraram que 93,52% das metas propostas foram alcançadas, um percentual considerado positivo, conforme critérios adotados pela metodologia, porém há ainda alguns pontos com oportunidade de melhorias. Isso significa que as oito unidades alinhadas, AGS, AMG, SAD, SED, SGP, SJD, SJR e STI estão engajadas e comprometidas com a estratégia institucional. Com o uso do stratej ganharam maior autonomia na preparação de seus relatórios setoriais, o que contribuiu para finalização dentro do prazo de seus respectivos relatórios. Ressalta-se que o prazo foi adaptado para se acostumarem no uso da nova ferramenta.

A “produtividade”, critério com o maior peso relativo no cálculo do radar, já que diz respeito às próprias atribuições da unidade, apresentou um índice de 90,05% de cumprimento. Esse resultado foi melhor se comparado ao trimestre anterior, em que se obteve 89,44%. Destaque para a SAD e SED que cumpriram 100% de suas metas para o período.

O critério “competências” apresentou um desempenho de 95,93%. Os resultados demonstraram que houve adesão significativa de servidores às ações de capacitação ofertadas pelo Tribunal. Já os gestores, por sua vez, podem aproveitar melhor as oportunidades para o seu autodesenvolvimento. Destaca-se nesse critério, além das unidades mencionadas no parágrafo anterior, a SJD, todas com 100% de cumprimento das metas.

Na vigência do Plano STJ 2020, a medição do critério “talentos” está atrelada à pesquisa de clima organizacional e satisfação do servidor, realizada em fevereiro/2017, após sete anos sem mensuração. Os resultados demonstram que 5 das 8 unidades integrantes do alinhamento estratégico atingiram 100% da meta.

As demais estão bem próximas do esperado, demonstrando que há satisfação dos servidores e comprometimento com a organização.

O desempenho do critério “governança” é aferido semestralmente. A última mensuração realizada foi em junho/2017, ocasião em que se observou um percentual de 89,24%. Registra-se uma correção nesse resultado em função de equívoco na fórmula utilizada para o cálculo à época: o valor correto é 88,78%. Neste ciclo, as unidades estão implementando ações internas com vistas à melhoria dos seus controles internos até a próxima medição, prevista para o final do ano. Importa comentar, entretanto, que o questionário de aferição da governança está em processo de reavaliação para atender às novas orientações do TCU quanto ao tema.

No critério “orçamento”, observou-se 95,93% de execução do planejado para o período. Esse resultado é composto por: dados relativos ao orçamento estratégico, quando as unidades são responsáveis por algum projeto estratégico; resultados de sustentabilidade, em que se verificou uma diminuição significativa no consumo de copos descartáveis, sendo que algumas unidades nem utilizam mais.

A expansão do projeto dar-se-á se com a inclusão de mais 3 unidades no quarto trimestre. Além disso, está prevista a inserção no sistema stratej do painel de contribuição (exceto critério “produtividade”) de todas as demais secretarias, bem como dos Núcleos da Presidência.

A expectativa é de que todos caminhem juntos e alinhados por um STJ melhor.